

**Índice:**

Luís Filipe Thomaz – “Os antigos gramáticos portugueses e a declinação neo-árcaica.”	p. 7-32
Ana Isabel Buescu – “Livrarias conventuais no Oriente português. Os casos de Santo António de Tana e de Santa Cruz dos Milagres (Goa)”.	p. 33-46
Roderich Ptak – “China's medieval fangang – A model for Macau under the Ming?”	p. 47-71
Maria Cecília Guirado – “Notícias de além-mar.”	p. 73-85
João Paulo Oliveira e Costa – “A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV.”	p. 87-114
Luís Filipe Oliveira – “Entre a História e a Memória: Os Coutinhos e a expansão	p. 115-126
Andreia Martins de Carvalho e Alexandra Pelúcia – “Os primeiros fidalgos na costa da Guiné.”	p. 127-138
João de Silva e Sousa – “O Ducado de Viseu no século XV.”	p. 139-156
Vitor Luís Gaspar Rodrigues – “Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo preferencial para a expansão portuguesa no Oriente.”	p. 157-168
Lívia Ferrão – “Rendas e foros de Damão nos finais do século XVI.”	p. 169-179
Leila Mezan Algranti – “Imagens sobre a mulher escrava no cotidiano do Rio de Janeiro (1808 - 1822).”	p. 181-198
Arno Wehling – “O conceito jurídico do povo no antigo regime. O caso luso-brasileiro.”	p. 199-210
Ana Cristina Roque – “«Breves noções sobre a medicina cafre do distrito de Sofala» ou sobre o conhecimento que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa sul-oriental de África na segunda metade do século XIX.”	p. 211-272
João Pedro Marques – “Penosa navegação: Portugal e as carreiras a vapor para África (1850 – 1882).”	p. 273-298
Arlindo Caldeira – “«A terra que seus pais povoaram e defenderam...» – a questão do protonacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII.”	p. 299-328
António dos Santos Pereira – “O testamento de Bartolomeu Perestrelo: nos caminhos do Império honrando o nome.”	p. 329-346
Luís da Cunha Pinheiro – “O Foral da Alfândega da Ilha de	p. 347-377

Santiago de Cabo Verde de 1696.”

A. M. Martins do Vale – “Os dominicanos espanhóis em Macau (1707-1710). Perseguidos pelos portugueses ou reféns da sua fidelidade ao cardeal de Tournon?” p. 379-422

Ana Cristina Roque e Livia Ferrão – “Notas para um inventário do património histórico-cultural de Timor Lorosa'e.” p. 423-448

## Resumos:

Luís Filipe Thomaz – “Os antigos gramáticos portugueses e a declinação neo-árcaica.” Pp. 7-32

Devem-se aos missionários portugueses de antanho numerosas gramáticas, dicionários e métodos para aprender línguas ultramarinas, as mais das quais asiáticas. Algumas foram dadas à estampa, mas a maioria permaneceu até aos dias de hoje em forma manuscrita. Para as línguas derivadas do sânscrito, ditas por vezes neo-árcaicas, existem pelo menos três impressas antes que a dissolução das ordens e congregações religiosas em 1834 reduzisse a ruínas o Padroado português e a maior parte das suas missões: uma para o concaním de Goa, outra para o bengala e outra finalmente para o hindustânico da planície indo-gangética. Formados na velha escola humanista que o ensino jesuítico retomou, os seus autores pensam fundamentalmente no quadro da estrutura gramatical do latim, de que adoptam a terminologia. Fazem-no, contudo, com certa desenvoltura, adoptando os esquemas do latim à estrutura das línguas com que lidam, que, mesmo no caso de línguas indo-europeias como o que se estuda aqui, não coincide perfeitamente com o do idioma de Cícero. Assim, embora prevejam a existência teórica de seis casos gramaticais como em latim, dão na prática para cada nome apenas duas formas, correspondentes ao caso recto e ao caso oblíquo, os dois únicos que, em geral, existem nas línguas neo-árcaicas. A descoberta do sânscrito pela ciência europeia do século XIX veio complicar as coisas, pois os gramáticos passaram a assumir a priori que nas línguas derivadas do sânscrito devia haver exactamente oito casos, como na língua mãe; daí que forçasse as línguas que estudavam a entrar num esquema que lhes não quadrava, à custa de malabarismos diversos que lhes permitiam manter a ficção dos oito casos. Na realidade, os alegados casos morfológicos não passavam de construções sintácticas em que uma preposição posposta, ou, melhor dito, uma posposição, se aglutinava ao caso oblíquo; mas mesmo a aceitá-las como flexões morfológicas o seu número excederia largamente o dos oito casos sanscríticos, pelo que, ao fim e ao cabo, era preferível o velho esquema inspirado no latim...

Ana Isabel Buescu – “Livrarias conventuais no Oriente português. Os casos de Santo António de Tana e de Santa Cruz dos Milagres (Goa)”. Pp. 33-46

O estudo da composição das bibliotecas conventuais surgidas no quadro da presença portuguesa no Oriente é um terreno de investigação fecundo, não apenas no campo da história do livro, mas também, e talvez sobretudo, no que respeita aos modos da presença da cultura portuguesa e, de forma mais geral, da cultura europeia no Oriente, bem como à interacção com as culturas locais. É justamente a vertente relativa à composição de livrarias conventuais no Oriente que aqui procuramos sondar, através dos casos dos inventários setecentistas de duas livrarias conventuais de Goa.

Roderich Ptak – “China's medieval fangang – A model for Macau under the Ming?” Pp. 47-71

Na época medieval algumas cidades no litoral da China contavam com grandes comunidades estrangeiras, por vezes chamadas fanfang. É muito provável que estas comunidades fossem quase autónomas. Por isso, nos recentes estudos chineses têm surgido propostas de comparação entre os «quarteirões estrangeiros» das grandes cidades tal como Cantão e Quanzhou e a situação na cidade de Macau, especialmente durante a dinastia Ming. Porém, alguns historiadores tem uma outra opinião, sendo esse o caso, por exemplo, de Tang Kaijian. O presente artigo confirma que os fanfang e Macau eram entidades essencialmente diferentes, tanto no que respeita às suas funções como no que toca a outros aspectos. Esta diferença torna-se evidente quando se compara o sistema administrativo, a jurisdição, a presença militar, os assuntos culturais, etc. Em conclusão, demonstra-se que a cidade de Macau foi muito mais independente em relação à China do que todas as comunidades estrangeiras ao longo da costa chinesa antes da Guerra do Ópio.

Maria Cecília Guirado – “Notícias de além-mar.” Pp. 73-85

Através do registo das experiências marítimas portuguesas, com o apoio das novas técnicas de impressão, inaugura-se um novo tempo na História. Supõe-se, neste estudo, que a génese do jornalismo português também se encontre entre imprensa e descobrimentos.

João Paulo Oliveira e Costa – “A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV.” Pp. 87-114

Neste artigo analisamos a formação do sistema administrativo do comércio ultramarino no século xv. Após a morte do infante D. Henrique, em 1460, a Coroa assumiu o controlo da costa ocidental africana, a sul do cabo Bojador. Nos anos seguintes, organizou um sistema administrativo centralizado, que foi crescendo de acordo com as necessidades geradas por uma actividade cada vez mais intensa. A maioria dos oficiais foram recrutados entre a baixa nobreza

que estava ligada à Casa Real. Notamos também que há uma relação entre a hierarquia social e a importância dos cargos desempenhados.

Luís Filipe Oliveira – “Entre a História e a Memória: Os Coutinhos e a expansão quatrocentista.” Pp. 115-126

Na base de um estudo anterior sobre a Casa Senhorial dos Coutinhos de finais da Idade Média, explora-se a relação da linhagem com a expansão quatrocentista no Norte de África. Os poucos dados disponíveis permitiram demonstrar, ao inverso de algumas ideias correntes, um certo desinteresse pelas aventuras guerreiras em África, ainda que a linhagem tenha marcado presença em todas as hostes régias destinadas àquela região. Na segunda metade do século XV, esse alheamento ainda não desaparecera por completo. Apesar da morte de dois chefes da linhagem em terras africanas, Gonçalo Coutinho no assalto de 1464 a Tânger e João Coutinho durante a conquista de Arzila em 1471, não se guardou desses sucessos uma memória particularmente viva, preferindo-se cultivar os relatos acerca das longínquas origens familiares. A constatação desse desinteresse levou, por outro lado, a uma releitura da Crónica de Zurara sobre a conquista de Ceuta, que revelou vários indícios de uma oposição política à conquista da cidade, que não têm merecido a devida atenção.

Andreia Martins de Carvalho e Alexandra Pelúcia – “Os primeiros fidalgos na costa da Guiné.” Pp. 127-138

Em 1460 D. Afonso V chamou à Coroa a responsabilidade de controlo dos descobrimentos, dando início a uma política de expansão ultramarina coerente e centralizadora. Foi então a clientela real que passou a protagonizar as acções de exploração geográfica e comercial, sendo de realçar a transição de algumas figuras do serviço da Casa do Infante D. Henrique para a Casa Real. No entanto, a maioria dos intervenientes continuava a ser oriunda dos escalões menos importantes do sector nobiliárquico. Foi com a instalação da fortaleza de S. Jorge da Mina, já sob a égide do Príncipe Perfeito, que se notou uma presença mais forte de fidalgos na costa africana. Registe-se que a importância da Mina é também denunciada pelo facto de todos os seus responsáveis máximos ostentarem o grau de fidalgo. Simultaneamente, verifica-se uma menor relevância de Arguim, a qual pode ser aferida pelo estatuto inferior dos respectivos oficiais. Do mesmo modo, eram representantes da fidalguia os embaixadores que D. João II destacou para as missões diplomáticas que se afiguravam cruciais para o prosseguimento da sua estratégia imperial em África, a saber, Pêro Vaz da Cunha, o Bisagudo, que partiu para o reino dos Jalofos (1488-89), e os membros da delegação enviada ao Congo (1492). Julgamos pois estar em condições de poder concluir que a maior concentração de fidalgos no litoral guineense esteve directamente relacionada com o maior destaque que a região foi gradualmente adquirindo, em termos políticos e económicos.

Após 1385, quando D. João I começou a distrair da Coroa bens imobiliários e toda a sorte de indústrias como forma de recompensar favores prestados durante a crise dinástica, procedeu-se, a pouco e pouco, a reajustamentos, no sentido de vir a possibilitar também ao monarca, recentemente eleito, centralizar o seu poder. Uma das medidas então tomadas teve a ver com a constituição das casas dos filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Iniciou-se o processo em 1402. Neste ano, o soberano, com o acordo da rainha, reduziu as despesas das casas de ambos e diminuiu o número de servidores efectivos. Em 1408, chegando a acordo com o condestável, com o escrivão da puridade e outros notáveis, organizou feudo em torno de Viseu que outorgou a D. Henrique. Em 1411, este ficou senhor de boa parte da comarca da Beira, com terras ao redor de Viseu, Guarda e Lamego e, com o aparente sucesso de Ceuta, em 1415, o Infante era feito duque de Viseu e senhor da Covilhã e, anos depois, deteria a administração da Ordem de Cristo, terras e comendas, sobretudo na Beira e no Algarve, de que fora governador, sendo o então 1.º duque de Viseu um dos mais importantes latifundiários do reino. As inquirições mandadas efectuar por D. Duarte, em 1433/1434, aos almoxarifados de Viseu e Lamego informam-nos de um imenso número de terras, geograficamente bem colocadas e muito produtivas. Ceuta e outras investidas no Norte de África, mais os reforços à Praça, no sentido de mantê-la defendida, e outros momentos políticos de grande protagonismo, como as soluções achadas para a saída das grandes crises de 1438/1439 e 1448/1449, fizeram com que D. Henrique visse o seu património tão acrescentado em terras, privilégios, direitos reais, indústrias e monopólios que foi fácil entender como as viagens marítimas que partiam de Lagos eram tão regulares e hábeis na concretização do desiderato do seu líder. Eram seus os exclusivos do fabrico e venda do sabão, a exploração da lã e a indústria dos lanifícios, a realização de quatro feiras na Beira, com os seus inerentes dividendos, a extracção de madeiras e resinas nos pinhais régios do Ribatejo, a tinturaria do pastel, a pesca do atum, das corvinas, do coral..., no Atlântico, em geral, as Ilhas, o relego de Viseu, o corso e o quinto das presas e de todo o tracto que deveriam caber ao rei. Com efeito até que D. Henrique viesse a falecer em 1460, atingíamos a Libéria, com para cima de 60 viagens de estudo, de guerra e comércio. Não impediu tudo aquilo, no entanto, que o Infante, ao falecer, tivesse deixado um tão grande número de dívidas e, por isso, um autêntico “quebra-cabeças”, aos herdeiros, seus sobrinhos: o rei e D. Fernando. Este, ao suceder-lhe no ducado de Viseu e no senhorio da maior parte do património, tornava-se senhor de uma extensíssima mancha do reino. Mas as viagens de navegação que conhecemos tão periódicas e organizadas eram agora substituídas por ataques sucessivos ao Norte de África e por alguns arrendamentos do próprio progresso marítimo na costa africana. Veio a ser o rei D. João II quem retomou as antigas medidas henriquinas, após sobretudo 1474, ainda em vida do Africano, seu pai. A ambição centralizadora do Príncipe Perfeito fez com que se tentasse a destruição da individualidade dos monumentais feudos do País, entre eles Bragança e Viseu, a fim de fazer voltar à Coroa quanto esta havia distribuído a eito, dadas a dispersão e a liberalidade de Afonso V. D. Manuel cumpriria, efectivamente, na época, os desejos do cunhado: o Venturoso, rei de Portugal, desde 1495, era o 5.º duque de Viseu - filho e D. Fernando e

sobrinho-neto do Infante e irmão dos falecidos D. João e D. Diogo- permitindo que, tal como D. Henrique programara e cumprira, as viagens de navegação prosseguissem, agora sob a sua égide e com que o ducado crescesse, também este, sob o seu mando directo.

Vitor Luís Gaspar Rodrigues – “Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo preferencial para a expansão portuguesa no Oriente.” Pp. 157-168

O texto em presença analisa em traços largos o modelo de organização militar que foi sendo adoptado nas praças marroquinas, responsável pela persistência de uma política de ocupação territorial restrita do Norte de África. Nesse sentido procurou-se determinar não só a estrutura organizacional dos homens de armas nas fortalezas marroquinas, mas também as suas práticas de guerra tanto terrestres (com especial relevo para as operações militares de assédio às praças e para as acções de “guerra guerreada”) como navais, e a sua importância como modelo de referência para a expansão militar portuguesa no Oriente.

Lívia Ferrão – “Rendas e foros de Damão nos finais do século XVI.” Pp. 169-179

Nas bibliotecas portuguesas as fontes documentais relacionadas com a presença portuguesa em Damão, durante o século XVI, são relativamente raras. Por isso, pensamos ser relevante transcrever o Tombo de Damão, uma colecção descritiva de um vasto conjunto de manuscritos que dizem respeito as rendas da Coroa portuguesa provenientes de um certo número de pequenas na Fortaleza de Damão. O códice foi compilado por Francisco Pais, o Provedor-mor da Casa dos Contos, o qual actuou como Vedor da Fazenda da Índia e o contador Diogo Vieira, às ordens do vice-rei D. Mathias de Albuquerque.

Leila Mezan Algranti – “Imagens sobre a mulher escrava no cotidiano do Rio de Janeiro (1808 - 1822).” Pp. 181-198

Com base em duas fontes distintas, os Registros de prisões e a iconografia sobre o Rio de Janeiro no início do século XIX, o presente estudo analisa aspectos da condição de vida das escravas na cidade, com o objetivo de recuperar o seu cotidiano. A análise revela que, embora as escravas desenvolvessem várias atividades fora de casa, despertavam menos a atenção das rondas policiais do que os homens, devido ao fato de que as tarefas atribuídas a elas eram mais facilmente controladas pelos senhores e sujeitas a horários do que aquelas desenvolvidas pelos escravos no ambiente urbano.

Arno Wehling – “O conceito jurídico do povo no antigo regime. O caso luso-brasileiro.” Pp. 199-210

A concepção jurídica de povo durante o Antigo Regime possui múltiplos significados. O tema é aqui estudado nos seus aspectos luso-brasileiros, procurando o autor identificar as principais concepções existentes. Considera ainda a questão das relações entre a realidade social e os contornos jurídicos, ao longo de um processo histórico.

Ana Cristina Roque – “«Breves noções sobre a medicina cafreal do distrito de Sofala» ou sobre o conhecimento que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa sul-oriental de África na segunda metade do século XIX.” Pp. 211-272

Com a publicação deste manuscrito, que faz parte do acervo documental da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL, Res - Pasta E – nº 22) pretende-se apresentar quer o conhecimento que os portugueses de Sofala tem das plantas e ervas medicinais da região quer das suas propriedades e usos tradicionais que, pouco a pouco, começam também a ser aplicados pelos portugueses ali residentes. Pretende-se igualmente chamar a atenção para a forma cuidada com que o autor apresenta as diversas espécies, as características próprias aos seus habitat específicos e o conhecimento que deles têm as populações, deixando transparecer o conhecimento que ele próprio possui das áreas sobre que fala bem como dos usos e costumes dos seus habitantes o que, faz deste texto, um documento precioso para o estudo desta região.

João Pedro Marques – “Penosa navegação: Portugal e as carreiras a vapor para África (1850 – 1882).” Pp. 273-298

A Empresa Nacional de Navegação, fundada em 1881, foi a primeira firma portuguesa minimamente consistente e duradoura de navegação a vapor para as colónias africanas. A sua fundação pôs fim a um período de 30 penosos anos de projectos, incentivos, iniciativas e malogros, durante os quais as carreiras a vapor para África foram basicamente asseguradas por empreendedores estrangeiros. O presente artigo estuda precisamente esses primeiros 30 anos da história dos vapores de longo curso em Portugal procurando aferir, através dela, do real interesse e empenho das burguesias portuguesas pelos empreendimentos de âmbito africano.

Arlindo Caldeira – “«A terra que seus pais povoaram e defenderam...» – a questão do protonacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII.” Pp. 299-32

O arquipélago de São Tomé e Príncipe oferece características peculiares no quadro da colonização portuguesa no atlântico. com um poder central distante e relativamente desmotivado (devido à astenia económica destas ilhas nos séculos XVII e XVIII), assiste-se à formação de elites locais que cedo vão manifestar uma atitude de resistência e mesmo de rebeldia face às ordens e aos funcionários que chegam de Lisboa. No final do século XVIII, curiosamente sob o efeito de longínquos ecos da revolução francesa, essas atitudes alargam-se a sectores mais vastos da população, incluindo à maioria negra livre, e chegam a assumir características de sublevação. É a propósito desse vasto e heterogéneo conjunto de manifestações que o autor põe a hipótese: «podemos falar de proto-nacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII?» depois de uma análise dos referidos movimentos, conclui não ser possível aplicar o conceito às atitudes de quaisquer dos grupos, não encontrando sinais de «sentimento de nacionalidade» no discurso dos seus protagonistas.

António dos Santos Pereira – “O testamento de Bartolomeu Perestrelo: nos caminhos do Império honrando o nome.” Pp. 329-346

O presente trabalho tem por finalidade a publicação do testamento de Bartolomeu Perestrelo, um dos mais conscientes oficiais do império português, no primeiro quartel do século XVI. Exerceu funções em Sofala, passou por Cochim e faleceu em Malaca ao serviço do Rei. Membro de uma família de navegadores e oficiais régios, soube proteger aquela e honrar o nome de forma ímpar, criando um morgado, que dotou com a fortuna granjeada, na região de origem, Torres Vedras. Pela importância para a história do tabelionato, dos procedimentos financeiros, para a genealogia, para a história da religiosidade popular, designadamente das devoções na região de Lisboa e Torres Vedras, da assistência, da fabricação de pano e do vestuário, da família, da condição feminina, da viagem e das carreiras oficiais no século XVI, achamos oportuna a sua publicação.

Luís da Cunha Pinheiro – “O Foral da Alfândega da Ilha de Santiago de Cabo Verde de 1696.” Pp. 347-377

Em 1696 o rei D. Pedro II outorgou um novo foral à alfândega da ilha de Santiago de Cabo Verde, pondo desta forma em prática um dos vectores tendentes a um maior controlo e regulamentação das instituições reais ou subordinadas à coroa. Da sua elaboração foi encarregado o desembargador Manuel Lopes de Barros, para o que teve em atenção a situação sócio-económica do arquipélago de Cabo Verde. Os principais assuntos abordados neste documento eram o evitar a fuga aos pagamentos dos direitos alfandegários e o contrabando, as penalizações para os infractores, a fixação



dos direitos alfandegários consoante o tipo de mercadorias transaccionadas, e as funções dos oficiais aduaneiros. Além de toda esta informação o foral reflecte a situação social que se vivia no arquipélago, referindo e estipulando algumas das condições para o comércio estabelecido com os castelhanos, nomeadamente o estabelecido com a América, nomeadamente o resgate dos escravos. Em anexo publica-se a transcrição o referido foral, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com a seguinte cota 2, 3, 1, n.º 39.

A. M. Martins do Vale – “Os dominicanos espanhóis em Macau (1707-1710). Perseguidos pelos portugueses ou reféns da sua fidelidade ao cardeal de Tournon?” Pp. 379-422

A relação, que agora se publica, pertence a um vasto conjunto de documentos escritos pelos dominicanos espanhóis para divulgarem na Europa a sua acção missionária na China. Este documento descreve em particular as violências e vexações infligidas pelas autoridades de Macau a um grupo de cinco (seis até Abril de 1708) dominicanos espanhóis que permaneceram em Macau de Julho de 1707 a Janeiro de 1710. O relato parece coerente, mas uma leitura crítica conduz-nos à inesperada conclusão de que nem os missionários estiveram em Macau por imposição dos portugueses, nem as violências infligidas justificam o epíteto de perseguidos que os mesmos religiosos se auto-atribuíram.

Ana Cristina Roque e Livia Ferrão – “Notas para um inventário do património histórico-cultural de Timor Lorosa'e.” Pp. 423-448

Pretende-se contribuir para um melhor conhecimento do património histórico-cultural de Timor Lorosa'e existente em Portugal, através da apresentação de diversos tipos de materiais, na sua maioria recolhidos pela antiga Missão Antropológica de Timor. O inventário destes materiais, bem como a sua organização em base de dados, permitir-nos-á fazer um ponto da situação sobre os trabalhos que em Timor foram desenvolvidos no âmbito da Arqueologia e da Pré-História, bem como apresentar algumas hipóteses de trabalho que, no âmbito do Património histórico-cultural, são possíveis de desenvolver a partir de espólios que, recolhidos durante o período colonial, se encontram hoje depositados em várias instituições públicas ou privadas.